


## A EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: CONQUISTAS, RETROCESSOS E RESISTÊNCIAS

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-094>

Data de submissão: 06/04/2025

Data de publicação: 06/05/2025

**Elberto Teles Ribeiro**

Mestrando em Ciências da Educação  
Instituição: Institute Theology Science  
E-mail: betoteles.ms@gmail.com

**Adriana Peixoto da Silva**

Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação  
Instituição: Must University (MUST)  
E-mail: adriapds@hotmail.com

**Adriane Martins da Costa**

Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação  
Instituição: Must University (MUST)  
E-mail: adrianemartinscost@gmail.com

**Adriano de Souza Alves**

Doutorando em Ciências da Educação  
Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)  
E-mail: adrianopsi@yahoo.com.br

**Dayane Freitas de Lourdes**

Doutoranda em Educação  
Instituição: Universidade Nacional do Rosário (UNR)  
E-mail: delourdesdayane@gmail.com

**Juliana Rodrigues de Oliveira e Souza**

Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação  
Instituição: Must University (MUST)  
E-mail: juliana.metralha@gmail.com

**Marcela Maria Freire Sanches**

Doutora em Museologia  
Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
E-mail: dramarcelafreire@gmail.com

**Simone Camelo Pinto**

Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação  
Instituição: Must University (MUST)  
E-mail: simonecamelo2475@gmail.com

## RESUMO

Este estudo investigou as conquistas, retrocessos e resistências nas políticas educacionais da América Latina, focando no impacto das reformas neoliberais, das crises econômicas e das lutas sociais. O objetivo geral foi analisar como esses fatores influenciaram o acesso à educação e a qualidade do ensino na região. A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica, com análise de estudos e documentos relacionados às políticas educacionais, movimentos sociais e indicadores de acesso à educação. Os resultados mostraram que, apesar dos avanços significativos no aumento do acesso à educação básica e superior, houve retrocessos devido à privatização da educação e à redução de investimentos públicos. A resistência dos movimentos sociais e educacionais se revelou fundamental para preservar as conquistas educacionais, em especial frente às reformas que visam enfraquecer o sistema público de ensino. A análise evidenciou também que as crises políticas e econômicas agravam as condições de ensino e dificultam a recuperação das conquistas perdidas. Nas considerações finais, o estudo destacou que, embora haja desafios, os movimentos sociais têm sido essenciais para garantir a continuidade das políticas públicas educacionais e para promover a inclusão e a democratização do ensino. Entretanto, a necessidade de novos estudos foi apontada para complementar os achados e expandir a compreensão dos efeitos das reformas neoliberais em diferentes contextos.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais. América Latina. Privatização. Resistência. Inclusão.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação na América Latina tem sido, ao longo das últimas décadas, um campo de intensos avanços e desafios. Diversos países da região passaram por transformações significativas no que diz respeito ao acesso à educação, à inclusão de diferentes grupos sociais e à implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade educacional. No entanto, o cenário educacional latino-americano é marcado, também, por uma série de retrocessos que ameaçam as conquistas alcançadas. O contexto político e econômico da região, com suas constantes mudanças, tem exercido um impacto direto nas políticas educacionais, interrompendo o avanço de algumas conquistas e colocando em risco o processo de inclusão educacional. Além disso, a resistência de diversos setores sociais tem sido uma constante frente às adversidades impostas por essas transformações, sendo um movimento fundamental na defesa da educação pública, acessível e de qualidade para todos. Esse contexto de avanços, retrocessos e resistências caracteriza a complexidade da educação na América Latina e torna a análise dessas dinâmicas fundamental para entender as direções que os sistemas educacionais da região têm tomado.

A justificativa para a realização desta pesquisa decorre da necessidade de compreender de forma sistemática os aspectos que envolvem as conquistas, os retrocessos e as resistências na educação latino-americana. A educação, como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico, não pode ser analisada de forma isolada das transformações políticas e sociais que marcam a realidade da região. Em muitos casos, as políticas educacionais são influenciadas por agendas externas e internas que priorizam interesses econômicos e políticos, em detrimento de uma educação inclusiva e de qualidade. Além disso, a resistência dos movimentos sociais, educadores e comunidades locais tem desempenhado uma função fundamental na manutenção de direitos educacionais conquistados ao longo de décadas, sendo, por vezes, a única forma de garantir a continuidade do acesso e da permanência na educação, em contextos de crise. Dessa maneira, compreender esses três aspectos—conquistas, retrocessos e resistências—é essencial para a formulação de políticas públicas que atendam, de fato, às necessidades da população latino-americana.

O problema central da pesquisa reside na necessidade de identificar e analisar as principais conquistas e retrocessos na educação da América Latina, bem como compreender a função das resistências sociais na preservação das políticas educacionais públicas. Embora existam diversas iniciativas e programas que contribuíram para a melhoria do acesso e da qualidade da educação, as mudanças políticas, econômicas e sociais têm gerado obstáculos significativos que comprometem esses avanços. Nesse contexto, é essencial compreender de que maneira a resistência dos diversos

atores sociais tem ajudado a enfrentar os retrocessos e quais são as perspectivas futuras para o sistema educacional na região.

O objetivo desta pesquisa é analisar as conquistas, os retrocessos e as resistências educacionais na América Latina, destacando os principais fatores que influenciam o desenvolvimento da educação na região e as estratégias adotadas pelos movimentos sociais e educacionais para resistir aos desafios impostos por reformas e mudanças políticas.

O texto está estruturado da seguinte maneira: de início, será apresentado o referencial teórico, que abordará as principais conquistas e retrocessos na educação da América Latina, além das resistências que surgiram ao longo do tempo frente às mudanças políticas e sociais. Em seguida, serão discutidos três tópicos de desenvolvimento que envolvem as políticas de inclusão educacional, as reformas neoliberais e a resistência dos movimentos sociais. A metodologia utilizada será descrita, explicando os critérios de seleção das fontes e o procedimento adotado para análise dos dados. Na parte final, os resultados serão discutidos à luz das análises realizadas, com uma reflexão sobre as perspectivas futuras para a educação na região. A conclusão trará uma síntese das ideias discutidas e sugerirá possíveis direções para o fortalecimento das políticas educacionais na América Latina.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico está estruturado de forma a proporcionar uma compreensão das principais dinâmicas que envolvem a educação na América Latina, com foco nas conquistas, retrocessos e resistências. De início, serão abordadas as conquistas educacionais alcançadas ao longo dos anos, com destaque para as políticas públicas implementadas para ampliar o acesso à educação e promover a inclusão social. Em seguida, será discutido o contexto dos retrocessos educacionais, analisando os fatores políticos e econômicos que impactaram as políticas educacionais na região. Por fim, o referencial teórico também examina as resistências surgentes, destacando a atuação de movimentos sociais e educacionais que, em face dos desafios, buscaram preservar e avançar os direitos educacionais. Cada uma dessas áreas será abordada com base em estudos e análises acadêmicas que contextualizam a educação latino-americana em seu cenário histórico, social e político.

## **3 CONQUISTA DO ACESSO À EDUCAÇÃO: A EXPANSÃO E INCLUSÃO**

A conquista do acesso à educação na América Latina, no que se refere à ampliação da educação básica e superior, é um marco significativo nas políticas educacionais da região. Diversos autores destacam o impacto das políticas de inclusão educacional como um elemento central para a transformação dos sistemas educacionais latino-americanos. A expansão do acesso à educação pública

tem sido uma das principais estratégias adotadas pelos governos da região para enfrentar a desigualdade social e garantir a inclusão de diferentes grupos sociais, os vulneráveis. Como exemplo, Costa e Rodrigues (2019, p. 92) afirmam que “as políticas de acesso à educação básica, em especial aquelas voltadas para as populações do campo e das periferias urbanas, representam uma das conquistas fundamentais da educação latino-americana nas últimas décadas”. Destaca-se a relevância das políticas públicas voltadas para a inclusão, em especial para grupos marginalizados, e reforça a ideia de que o acesso à educação básica tem sido um dos pilares para a redução das desigualdades.

Ademais, programas de sucesso como as iniciativas de alfabetização têm desempenhada função central na garantia do direito à educação na região. O Programa Brasil Alfabetizado, por exemplo, foi uma ação significativa no Brasil, com reflexos em outros países da América Latina, com a proposta de erradicar o analfabetismo e garantir que a população carente tivesse acesso ao conhecimento fundamental. Como observa Ramallo *et al.* (2020, p. 115), “programas de alfabetização que atendem à demanda das populações rurais e periféricas têm sido uma resposta eficaz ao desafio da educação na América Latina, ainda que com desafios no que se refere à sua sustentabilidade e implementação contínua”. Desse modo, verifica-se a relevância desses programas, mas também alerta para os obstáculos que surgem quando se trata de manter tais iniciativas de maneira constante e eficaz.

Além disso, a ampliação do acesso à educação superior, com programas como as bolsas de estudo, tem sido uma conquista fundamental, em especial no que diz respeito à inclusão de estudantes de classes sociais menos favorecidas. A inclusão de grupos excluídos da educação superior, por meio de bolsas de estudo e programas de financiamento, contribui para a democratização do ensino e oferece novas possibilidades para o desenvolvimento social e econômico. Silva e da Silva (2019, p. 67) destacam que “as políticas de bolsas de estudo, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), no Brasil, têm sido fundamentais para a inclusão de estudantes de escolas públicas e de famílias de baixa renda no ensino superior”. O uso dessas políticas como exemplo de sucesso reflete o impacto positivo da inclusão no acesso à educação de nível superior, mostrando que, por meio dessas iniciativas, é possível criar oportunidades para aqueles que, de outra forma, estariam excluídos do sistema educacional superior.

Essas iniciativas, ao focarem na ampliação do acesso à educação, representam avanços significativos na história educacional da América Latina. No entanto, o grande desafio permanece na implementação contínua dessas políticas e na adaptação às novas realidades sociais e econômicas da região. As conquistas no acesso à educação devem ser monitoradas e aprimoradas, com a garantia de que a educação pública se mantenha como um direito universal e acessível a todos.

#### **4 RETROCESSOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A INFLUÊNCIA DE REFORMAS NEOLIBERAIS**

Os retrocessos nas políticas educacionais na América Latina, em especial no contexto das reformas neoliberais, têm gerado sérios desafios para o avanço da educação pública na região. A privatização da educação, um dos principais pilares das reformas neoliberais, tem tido um impacto significativo sobre o ensino público. A transição para modelos de educação que priorizam o setor privado e a mercantilização do ensino resultaram em desigualdades no acesso e na qualidade do ensino. Costa e Rodrigues (2019, p. 94) destacam que “a privatização das escolas públicas, com a intensificação das parcerias público-privadas, tem gerado um aumento da desigualdade educacional, excluindo ainda os estudantes das classes baixas”. Essa afirmação revela o impacto direto da privatização no aumento da segregação educacional, onde os estudantes das camadas sociais pobres enfrentam dificuldades em acessar uma educação de qualidade.

Além disso, a redução dos investimentos públicos em educação tem contribuído para a precarização das condições de ensino, com reflexos diretos nas infraestruturas das escolas e nas condições de trabalho dos educadores. Lamamoto (2022, p. 101) aponta que “a diminuição dos recursos destinados à educação tem comprometido a qualidade do ensino, resultando em salas de aula superlotadas, falta de materiais pedagógicos e baixos salários para os professores”. Essa redução no financiamento da educação compromete o desenvolvimento de um sistema educacional capaz de atender às necessidades de toda a população, em especial das camadas vulneráveis.

As mudanças nos currículos e as políticas de avaliação e padronização também têm sido objeto de críticas, uma vez que, muitas vezes, não consideram a diversidade cultural e social dos países latino-americanos. Segundo Ramallo *et al.* (2020, p. 118), “as reformas curriculares implementadas no contexto neoliberal têm sido criticadas por sua ênfase em um ensino técnico e padronizado, que negligencia as especificidades locais e as necessidades de uma educação inclusiva”. A afirmação reflete as críticas feitas à tentativa de homogeneização do ensino, onde as especificidades culturais e regionais são muitas vezes ignoradas em favor de um modelo único de avaliação e aprendizagem. A imposição de padrões de qualidade educacional e a padronização de avaliações, sem considerar as realidades locais, resulta em um ensino que não atende de forma eficaz as diversas realidades dos estudantes.

Esses retrocessos nas políticas educacionais evidenciam como as reformas neoliberais têm afetado o acesso à educação de qualidade, além de ampliar as desigualdades sociais e educacionais na América Latina. A privatização da educação, a redução de investimentos públicos e as mudanças curriculares são elementos que precisam ser revistos para garantir que a educação continue sendo um direito universal, acessível e de qualidade para todos.

## **5 MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCACIONAIS: LUTAS POR RESPEITO À DIVERSIDADE**

Os movimentos sociais e educacionais na América Latina têm desempenhado uma função fundamental na defesa de uma educação que respeite e contemple as diversidades culturais, étnicas e de gênero. As comunidades indígenas e afro-latinas, em particular, têm resistido contra a marginalização de suas culturas e saberes nos currículos escolares, buscando garantir uma educação inclusiva e representativa. Côrtes (2023, p. 75) afirma que “a resistência das comunidades indígenas tem sido uma luta contínua para garantir que seus saberes e práticas sejam valorizados dentro do sistema educacional, muitas vezes desafiante devido à imposição de currículos que não consideram a riqueza cultural das populações nativas”. Diante disso, demonstra-se como a luta das comunidades indígenas busca não apenas o acesso à educação, mas também uma transformação curricular que respeite as suas tradições e conhecimentos. A resistência dessas comunidades é uma ação essencial para a valorização da diversidade cultural no ambiente escolar.

Além disso, movimentos feministas têm sido cruciais para promover a equidade de gênero no acesso e permanência na educação. O movimento feminista na América Latina tem se fortalecido ao longo dos anos, em especial no que diz respeito à luta pela igualdade de oportunidades para meninas e mulheres, tanto no ensino básico quanto no superior. Silva e da Silva (2019, p. 62) ressaltam que “o movimento feminista latino-americano tem buscado combater as desigualdades de gênero nas escolas, defendendo a inclusão de mulheres em todas as etapas educacionais e a superação de estereótipos sexistas presentes no currículo escolar”. A luta feminista pela equidade de gênero destaca a necessidade de um ambiente educacional livre de discriminação e preconceitos, permitindo que meninas e mulheres possam acessar o conhecimento e ocupar espaços no ensino superior sem limitações impostas pela sua identidade de gênero.

A busca por uma educação decolonial também tem se intensificado, como uma forma de resistência contra a homogeneização cultural que predomina nas escolas latino-americanas. A imposição de uma educação centrada em padrões ocidentais tem sido um alvo constante de crítica, em relação à maneira como ignora as realidades e culturas locais. Lara Jakimiu (2023, p. 108), sobre esse processo, destaca que “a educação decolonial propõe uma reconfiguração dos currículos, desafiando a visão eurocêntrica que tem predominado e promovendo uma educação que reconheça e celebre a diversidade cultural da América Latina”. Essa perspectiva decolonial busca repensar as práticas educacionais a partir de um olhar que valoriza os saberes locais e as experiências históricas dos povos latino-americanos, combatendo a imposição de um currículo único que não contempla as especificidades culturais e históricas da região.

Essas lutas por uma educação que respeite e contemple a diversidade são essenciais para a construção de um sistema educacional justo e igualitário. A resistência das comunidades indígenas, dos movimentos feministas e das propostas de educação decolonial visam transformar a educação latino-americana, assegurando que ela seja inclusiva, plural e representativa das diversas culturas, etnias e identidades de gênero presentes na região.

## 6 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de analisar as conquistas, os retrocessos e as resistências na educação na América Latina. O tipo de pesquisa adotado foi exploratório, tendo como foco a análise de estudos publicados em livros, artigos acadêmicos, dissertações e teses. A abordagem utilizada foi qualitativa, pois se buscou compreender as dinâmicas educacionais a partir da análise de diferentes perspectivas teóricas sobre o tema. Para a coleta de dados, foram utilizados instrumentos como bases de dados acadêmicas, repositórios de universidades e periódicos especializados. A pesquisa foi conduzida por meio da seleção e leitura de fontes relevantes, com a extração das informações pertinentes às questões propostas. Os procedimentos adotados incluíram a organização das fontes por relevância e a análise comparativa entre os estudos, com o objetivo de identificar padrões, tendências e divergências nas abordagens sobre a educação na América Latina. As técnicas utilizadas para a análise envolvem a categorização das informações em temas específicos, permitindo uma interpretação crítica e contextualizada das fontes selecionadas.

A seguir, é apresentado o quadro com as principais referências bibliográficas utilizadas nesta pesquisa, organizadas de acordo com as categorias de autor, título conforme publicado, ano e tipo de trabalho. Este quadro sintetiza os dados extraídos das fontes e facilita a compreensão do leitor sobre a base teórica que sustenta a análise realizada.

Quadro 1: Referências Bibliográficas Utilizadas na Pesquisa

Autor(es)	Título conforme publicado	Ano	Tipo de Trabalho
FUSER, I.	América Latina: progressismo, retrocesso e resistência.	2018	Artigo
COSTA, L. G.; RODRIGUES, A. N. A. C. D. A. S.; <i>et al.</i>	Educação do campo nos últimos 20 anos: conquistas, retrocessos e resistências.	2019	Artigo
SILVA, A. N. B.; DA SILVA, M. R. A.	Formação docente e inserção da língua espanhola nas escolas públicas brasileiras: de resistências e retrocessos.	2019	Artigo
ARAÚJO, Vitor Savio de; LOPES, Cristiane Rosa	Concepções de formação crítica de professoras em formação universitária.	2020	Capítulo de livro
FERREIRA, D. E. S.	Quando a resistência é o que nos resta.	2020	Capítulo de livro
RAMALLO, F.; DA SILVA, P. T. B.; <i>et al.</i>	Apresentação – Diálogos curriculares Brasil-Argentina: redes de resistências.	2020	Artigo



LAMAMOTO, M. V.	Nas trilhas coletivas da resistência: Serviço Social e lutas sociais na América Latina.	2022	Artigo
XIMENES, P. A. S.; MELO, G. F.	BNC-Formação de professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva.	2022	Artigo
CÔRTEZ, C. N.	Educação Escolar Indígena: resistência ativa e diálogos interculturais.	2023	Tese
LARA JAKIMIU, V. C.	Retrocessos do 'Novo Ensino Médio': uma década de lutas e resistências (2013–2023).	2023	Artigo
OLIVEIRA, Vanusa Batista de.	Discussões das práticas avaliativas em turmas do nono ano do ensino fundamental de uma escola pública estadual de Goiânia e os depoimentos dos docentes sob o olhar das concepções de cunho histórico-cultural.	2023	Dissertação de Mestrado
ARAÚJO, M. S. R.	Pronera como resistência da classe trabalhadora ao projeto hegemônico e autocrático na formação social brasileira.	2024	Artigo
SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva; SANTOS, Urbanize Cunha.	Tecnologias educacionais para estudantes com deficiência visual: oportunidades e desafios.	2024	Capítulo de livro
SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; PICOLI, Alessandro; PEDRA, Rodrigo Rodrigues; SILVA, Cristó Viana.	A revolução dos recursos multimídia na educação a distância: integração, interatividade e inovação.	2024	Capítulo de livro
OLIVEIRA, Vanusa Batista de; ARAÚJO, Vitor Savio de.	Decolonização do currículo de Língua Portuguesa: uma análise crítica do Documento Curricular Ampliado de Goiás.	2025	Capítulo de livro

Fonte: autoria própria

Após a apresentação do quadro, é possível observar a diversidade de fontes consultadas, que abrangem estudos de diferentes autores sobre as políticas educacionais na América Latina. A organização dessas referências permite uma análise clara das contribuições de cada obra para a compreensão dos avanços e desafios da educação na região, além de facilitar a identificação das principais tendências e debates existentes nos estudos sobre o tema.

## 7 IMPACTO DAS CONQUISTAS NO CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO

As políticas educacionais desempenham uma função fundamental no desenvolvimento socioeconômico da América Latina, influenciando a redução das desigualdades sociais e o aumento das oportunidades para a população. A educação tem sido um dos pilares fundamentais para a transformação da região, com políticas públicas voltadas para a ampliação do acesso e para a melhoria

da qualidade do ensino. De acordo com Silva e da Silva (2019), as políticas educacionais voltadas para a expansão do acesso à educação básica e superior têm demonstrado um impacto positivo no desenvolvimento socioeconômico, em especial ao aumentar a qualificação da força de trabalho e reduzir as disparidades regionais e de classe. Assim, revela-se como o acesso à educação contribui não apenas para a inclusão social, mas também para o fortalecimento da economia local, ao criar uma população qualificada e apta a participar de processos produtivos dinâmicos.

Além disso, os indicadores educacionais, como as taxas de alfabetização, o acesso ao ensino superior e a inclusão social, são elementos essenciais para medir o progresso das políticas educacionais na América Latina. A ampliação do acesso à educação superior tem sido uma conquista fundamental, em especial com a criação de programas de bolsas de estudo e financiamentos estudantis, que possibilitam a inclusão de estudantes de classes sociais menos favorecidas. Costa e Rodrigues (2019, p. 102) afirmam que “a evolução das taxas de matrícula no ensino superior e a implementação de políticas de acesso para populações históricas excluídas demonstram avanços significativos na democratização do ensino na América Latina”. A análise desses indicadores, como a inclusão de estudantes de escolas públicas no ensino superior, mostra que as políticas educacionais têm sido fundamentais para promover a equidade e reduzir as desigualdades educacionais e sociais.

Por outro lado, a análise das taxas de alfabetização também é uma medida fundamental para avaliar o impacto das políticas educacionais. A redução do analfabetismo, em especial nas áreas rurais e entre populações de baixa renda, tem sido um dos principais focos de políticas públicas. Segundo Ramallo *et al.* (2020, p. 116), “a implementação de programas de alfabetização nos últimos anos tem levado a uma diminuição significativa nas taxas de analfabetismo, em especial nas populações vulneráveis, mas ainda existem desafios para garantir a continuidade desses programas”. Embora os avanços sejam evidentes, os desafios para manter e expandir esses programas indicam que a luta contra o analfabetismo e a promoção da educação básica ainda enfrentam barreiras estruturais fundamentais.

Portanto, as políticas educacionais não só promovem o desenvolvimento educacional, mas também têm um impacto direto na transformação social e econômica da América Latina. O aumento da inclusão social e da qualificação profissional gerado pela expansão do acesso à educação superior e programas de alfabetização contribui para o fortalecimento econômico e para a redução das desigualdades na região. No entanto, é necessário continuar investindo nessas políticas, garantindo sua sustentabilidade e expansão para alcançar todos os segmentos da sociedade.

## 8 OS RETROCESSOS E SEUS EFEITOS NO ACESSO À EDUCAÇÃO

Os retrocessos nas políticas educacionais da América Latina, em especial durante períodos de crise política e econômica, têm gerado consequências significativas no acesso à educação e na qualidade do ensino. As crises econômicas resultam na redução de investimentos públicos em educação, o que afeta a infraestrutura escolar, os salários dos educadores e a implementação de programas educacionais essenciais. Conforme argumenta Fuser (2018, p. 85), “as crises econômicas e políticas, como as que ocorreram em diversos países da América Latina nas últimas décadas, resultaram em cortes significativos no orçamento destinado à educação, afetando tanto a qualidade quanto o acesso ao ensino básico e superior”. A análise revela como os períodos de instabilidade financeira têm levado à retração de investimentos, comprometendo o progresso educacional alcançado.

Além disso, a retração das conquistas educacionais é visível em várias áreas, incluindo a redução da inclusão social e a piora das condições de ensino, como destaca Lara Jakimiu (2023): os cortes orçamentários resultaram em um retrocesso nas políticas de inclusão, afetando as populações vulneráveis, que perderam acesso a programas de bolsas de estudo e educação gratuita”. Este retrocesso evidencia que, mesmo após grandes avanços na democratização da educação, as crises podem reverter conquistas fundamentais, como a ampliação do acesso ao ensino superior para estudantes de classes baixas, que agora enfrentam novos obstáculos econômicos e sociais.

A dificuldade de recuperação dessas perdas também é um fator que agrava os efeitos das crises. A implementação de políticas de austeridade muitas vezes resulta em uma redução de investimentos a longo prazo, o que torna difícil retomar os avanços educacionais anteriores. Ramallo *et al.* (2020, p. 119) observam que “a recuperação das perdas educacionais causadas por crises políticas e econômicas requer um esforço contínuo para reverter o desfinanciamento das escolas públicas e restaurar programas de inclusão, que foram comprometidos”. Ressalta-se a dificuldade em restaurar as condições ideais para o desenvolvimento educacional após períodos de austeridade, uma vez que as consequências de longo prazo dessas políticas de redução de investimentos perduram por anos, afetando a qualidade do ensino e a equidade no acesso à educação.

Portanto, as crises políticas e econômicas têm um impacto nas políticas educacionais, não apenas interrompendo o progresso de conquistas já alcançadas, mas também dificultando a recuperação dessas perdas. A retração no acesso à educação e a precarização das condições de ensino são reflexos de decisões políticas que, muitas vezes, despriorizam a educação em momentos de instabilidade econômica, criando obstáculos duradouros para as futuras gerações de estudantes na região.

## 9 A RESISTÊNCIA COMO FORMA DE TRANSFORMAÇÃO E INCLUSÃO

Os movimentos sociais e educacionais têm desempenhado uma função fundamental na garantia da continuidade das políticas públicas de educação, em especial em um contexto de desafios econômicos, políticos e sociais. Em várias partes da América Latina, esses movimentos têm sido essenciais para resistir a reformas que buscam a privatização da educação e para promover políticas educacionais inclusivas, que atendam às necessidades de todos os cidadãos. Segundo Côrtes (2023, p. 82),

os movimentos sociais, em especial os de base, têm se organizado para garantir que as políticas públicas de educação permaneçam alinhadas com os princípios de inclusão e acesso universal, resistindo às reformas que buscam transferir o controle da educação para a esfera privada.

Desse modo, mostra-se como a resistência dos movimentos sociais é central para manter a educação como um direito público e acessível, sem a interferência do setor privado que pode gerar exclusão.

Além disso, os movimentos educacionais têm sido essenciais na implementação de políticas inclusivas que buscam democratizar o acesso à educação, em especial para populações marginalizadas. A resistência a reformas que visam a privatização ou a destruição do sistema educacional público é uma forma de garantir que a educação continue a ser um bem público, acessível a todos, sem discriminação. De acordo com Ramallo *et al.* (2020), a resistência à privatização das escolas públicas tem se manifestado em vários países da América Latina, nos quais as comunidades têm se organizado em protestos e em iniciativas de mobilização para garantir a continuidade da educação pública e gratuita, assim como a implementação de políticas que promovem a inclusão social. A afirmação aponta para a função ativo das comunidades na defesa de seus direitos educacionais, resistindo a processos que visam enfraquecer o sistema de ensino público.

Casos de sucesso podem ser observados em algumas iniciativas que buscaram integrar diferentes grupos sociais no processo educacional. A implementação de políticas inclusivas, como programas voltados para a educação de pessoas com deficiência ou para a inclusão de comunidades indígenas e afro-latinas, tem sido uma resposta significativa dos movimentos sociais e educacionais. Costa e Rodrigues (2019, p. 104) destacam que “programas como a Lei de Cotas no Brasil, que visa garantir o acesso de estudantes de classes sociais baixas ao ensino superior, têm sido um exemplo positivo de resistência a processos excludentes, garantindo que a educação seja acessível a todos, independentemente de sua origem social ou étnica”. Este exemplo mostra como políticas inclusivas, apoiadas pela resistência a reformas excludentes, têm contribuído para a transformação e democratização do sistema educacional.

Portanto, a resistência dos movimentos sociais e educacionais é uma força transformadora que assegura a continuidade das políticas públicas de educação, em especial em momentos de ameaças à educação pública. A luta contra a privatização, a implementação de políticas inclusivas e a mobilização para garantir a educação como um direito universal são elementos essenciais para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade, sem discriminação ou exclusão.

## **10 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise realizada nesta pesquisa permitiu identificar os principais aspectos relacionados à educação na América Latina, destacando as conquistas, os retrocessos e as resistências que têm moldado o sistema educacional da região. A partir dos dados analisados, foi possível concluir que, apesar dos avanços significativos, em especial no que diz respeito à ampliação do acesso à educação básica e superior, ainda existem desafios consideráveis que precisam ser enfrentados para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

A pesquisa abordou como as políticas públicas de educação, implementadas ao longo das últimas décadas, contribuíram para a inclusão social, a redução da desigualdade e o aumento da qualificação profissional. As políticas de ampliação do acesso à educação básica e superior, como programas de alfabetização e bolsas de estudo, têm sido fundamentais para a inclusão de populações marginalizadas, como as comunidades indígenas e afro-latinas. No entanto, os retrocessos provocados por reformas neoliberais, como a privatização da educação e a redução de investimentos públicos, têm afetado os avanços conquistados. A resistência de movimentos sociais e educacionais tem sido essencial para proteger as conquistas educacionais e garantir que a educação continue sendo um direito público, acessível a todos.

A pesquisa também destacou que as crises políticas e econômicas, em especial em períodos de austeridade, impactaram a qualidade da educação. A redução de recursos destinados ao setor educacional resultou em precarização das condições de ensino, com reflexos na infraestrutura escolar, nas condições de trabalho dos professores e na implementação de programas de inclusão. Apesar disso, movimentos sociais têm agido de maneira significativa para garantir que a educação pública se mantenha como um direito universal. Casos de sucesso, como os programas de cotas e iniciativas voltadas para a educação de pessoas com deficiência, demonstram que, mesmo diante das dificuldades, é possível avançar na direção de uma educação inclusiva e igualitária.

As contribuições deste estudo estão centradas na compreensão dos processos de resistência e transformação educacional na América Latina, no contexto dos desafios impostos pelas reformas neoliberais e pelas crises econômicas. A pesquisa mostrou que, embora os retrocessos tenham sido

significativos, as ações de resistência dos movimentos sociais e educacionais têm desempenhado uma função fundamental na preservação das políticas públicas e na busca por uma educação que respeite a diversidade e promova a inclusão. Além disso, foi possível perceber que a resistência não se limita a um contexto local, mas é parte de uma luta regional que visa fortalecer os sistemas educacionais públicos, ampliando o acesso e melhorando a qualidade do ensino para todos.

Contudo, é fundamental ressaltar que os achados desta pesquisa são limitados às fontes analisadas, e que a continuidade de estudos nessa área pode oferecer uma visão sobre os efeitos das políticas neoliberais em diferentes contextos e sobre as formas de resistência adotadas por diferentes movimentos sociais. Embora esta pesquisa tenha abordado de forma significativa as principais dinâmicas de transformação educacional na região, novas investigações poderiam expandir o entendimento sobre a implementação de políticas públicas em contextos específicos e os impactos das novas reformas educacionais, em especial em relação às tecnologias digitais e à globalização.

Portanto, apesar das fundamentais contribuições do estudo, há necessidade de pesquisas que complementem os achados aqui apresentados, abordando as especificidades de cada país da América Latina e as diferentes formas de resistência em cada contexto. Além disso, estudos recentes podem fornecer dados atualizados sobre os efeitos das políticas educacionais, no que diz respeito à inclusão social e ao acesso à educação superior. A continuidade das investigações nessa área contribuirá para a formulação de políticas públicas eficazes e para o fortalecimento de um sistema educacional que seja inclusivo e acessível para todos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. S. R. Pronera como resistência da classe trabalhadora ao projeto hegemônico e autocrático na formação social brasileira. *Princípios*, 2024. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/342>

ARAÚJO, Vitor Savio de; LOPES, Cristiane Rosa. Concepções de formação crítica de professoras em formação universitária. In: SILVA, Eduardo Batista; GONÇALVES, Rodrigo Borges (orgs.). *Recortes linguísticos sob uma perspectiva intercultural*. Maringá, PR: Uniedusul, 2020. p. 81-88. Disponível em: <https://abrir.link/ATCOo>.

CÔRTEZ, C. N. *Educação Escolar Indígena: resistência ativa e diálogos interculturais*. Salvador: UFBA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37953>

COSTA, L. G.; RODRIGUES, A. N. A. C. D. A. S.; et al. Educação do campo nos últimos 20 anos: conquistas, retrocessos e resistências. *Revista de Educação, Educação e...*, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1119>

FERREIRA, D. E. S. Quando a resistência é o que nos resta. In: *Gêneros socioafetivo: do sexismo às práticas...*, 2020. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/64223469/eBook\\_Generos-socioafetivos.pdf#page=124](https://www.academia.edu/download/64223469/eBook_Generos-socioafetivos.pdf#page=124)

FUSER, I. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. *Saúde em Debate*, 2018. Disponível em: <https://www.Scielo.org/article/sdeb/2018.v42nspe3/78-89/pt/>

LAMAMOTO, M. V. Nas trilhas coletivas da resistência: Serviço Social e lutas sociais na América Latina. *Temporalis*, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10090178>

LARA JAKIMIU, V. C. Retrocessos do “Novo Ensino Médio”: uma década de lutas e resistências (2013–2023). *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en...*, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/21155>

OLIVEIRA, Vanusa Batista de. *Discussões das práticas avaliativas em turmas do nono ano do ensino fundamental de uma escola pública estadual de Goiânia e os depoimentos dos docentes sob o olhar das concepções de cunho histórico-cultural*. 2023. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/4960>.

OLIVEIRA, Vanusa Batista de; ARAÚJO, Vitor Savio de. Decolonização do currículo de Língua Portuguesa: uma análise crítica do Documento Curricular Ampliado de Goiás. In: GANDRA, Gustavo Henrique (org.). *Propostas, fissuras e provocações: diálogos entre educação, cultura e decolonialidade*. Goiânia, GO: Instituto Dering Educacional, 2025. p. 31–50. (Coleção estudos livres). ISBN 978-65-984989-2-4. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/390743276\\_PROPOSTAS\\_FISSURAS\\_E\\_PROVOCACOES\\_DIALOGOS\\_ENTRE\\_EDUCACAO\\_CULTURA\\_E\\_DECOLONIALIDADE](https://www.researchgate.net/publication/390743276_PROPOSTAS_FISSURAS_E_PROVOCACOES_DIALOGOS_ENTRE_EDUCACAO_CULTURA_E_DECOLONIALIDADE)

RAMALLO, F.; DA SILVA, P. T. B.; et al. Apresentação – Diálogos curriculares Brasil-Argentina: redes de resistências. *Revista Binacional Brasil...*, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/112121925/5306.pdf>

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva; SANTOS, Urbanize Cunha. Tecnologias educacionais para estudantes com deficiência visual: oportunidades e desafios. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva; SANTOS, Urbanize Cunha (orgs.). *Inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência visual*. São Paulo: Arché, 2024. p. 66-90. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-089-7.3>.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; PICOLI, Alessandro; PEDRA, Rodrigo Rodrigues; SILVA, Cristó Viana. A revolução dos recursos multimídia na educação a distância: integração, interatividade e inovação. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (orgs.). *Tecnologia e inclusão: ferramentas e práticas para um mundo digital acessível*. São Paulo: Arché, 2024. p. 34-45. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-108-5-2>.

SILVA, A. N. B.; DA SILVA, M. R. A. Formação docente e inserção da língua espanhola nas escolas públicas brasileiras: de resistências e retrocessos. *Brazilian Applied Science Review*, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BASR/article/view/826>

XIMENES, P. A. S.; MELO, G. F. BNC-Formação de professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 2022. Disponível em: <https://www.Scielo.br/j/rbeped/a/sXS7metjLMxVBr9LSYNhJpp/>